COLETA SELETIVA E SOLIDÁRIA: UMA FORMA DE SE ALCANÇAR A CIDADANIA

Ana Cláudia Alves da Rocha Ferreira

Régis Oliveira Santos Ronny Biasuz

RESUMO

Com a concentração populacional nas cidades, fruto de um acelerado processo de urbanização, tornou-se um grande problema os resíduos gerados e deixados para trás em virtude de um crescimento desmesurado, resultante de um desenfreado consumismo, assim a gestão sustentável dos resíduos sólidos desponta como uma questão sócio ambiental estratégica a ser enfrentada. Este trabalho visa apresentar a coleta seletiva como possibilidade de economia de matérias primas, geração de energia e recursos naturais. Mostra algumas das etapas importantes no gerenciamento dos resíduos sólidos na busca pela sustentabilidade ambiental, econômica e social urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos - Coleta Seletiva – Recursos Naturais – Sustentabilidade.

ABSTRACT

With the population concentration in cities, the result of an accelerated process of urbanization has become a big problem waste generated and left behind due to an excessive growth, a result of rampant consumerism, and the sustainable management of solid waste is emerging as a socio-environmental issue to be addressed strategically. This paper presents a selective collection as possible saving of raw materials, power generation and natural resources. Shows some of the important steps in the management of solid waste in the quest for environmental sustainability, economic and social urban.

KEYWORDS: Solid Waste - Waste Recycling - Natural Resources - Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Em uma visão ampla, torna-se evidente que uma das principais causas para o acúmulo de lixo no meio ambiente é o incontrolável crescimento populacional verificado nos últimos anos[1] e também o desenvolvimento dos países aumenta também a poluição produzida, e se já com a população actual os problemas ambientais relacionados com a poluição são bastantes, então deduz-se que serão muito piores com uma população ainda maior e a produzir cada vez mais desperdícios; este aumento da poluição poderá implicar também a degradação de muitos ecossistemas naturais.

A geração de lixo se mostra diretamente proporcional a renda gerada pela localidade, assim quanto mais renda gerar determinado município, maior será o volume de lixo gerado pelo mesmo. O modo de vida urbana produz uma diversidade cada vez maior de produtos e de resíduos que exigem sistemas de coleta e tratamento diferenciados após o seu uso e uma destinação ambientalmente segura. No manejo dos resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final, existem fatores de riscos à saúde para a população exposta[2]. O tratamento do lixo mostra-se também um caso de saúde pública, uma vez que o acúmulo de lixo serve para geração de insetos e bactérias, proliferando doenças nos centros urbanos.

Assim, a primeira experiência de coleta seletiva no Brasil ocorreu em 1985, na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro no bairro de São Francisco[2]. Atualmente, menos de 10% dos municípios brasileiros desenvolvem programas de coleta seletiva, possuindo atuação limitada, mostrando-se bem mais eficaz um sistema de valorização dos catadores avulsos, uma vez que além de solucionar o problema gerado pelo lixo, gera empregos e estimula o crescimento da solidariedade entre a própria comunidade.

---

[1] DREW, 1998.

[2] Conclusões embasada na proposta de coleta seletiva no Condomínio das Laranjeiras, disponível para consulta em: http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/Continua/PROPOSTA%20DE%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20DA%20COLETA%20SELETIVA%20DE%20LIXO%20NO % 20 CONDOM %C3%8DNIO% 20RESIDENCIAL%20PRIVE%20DAS%20LARANJEIRAS.pdf; http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/04/12/18731-niteroirj-tem-coleta-seletiva-de-lixo-ha-duas-decadas.html.

2 COLETA SELETIVA E SOLIDÁRIA: UMA FORMA DE SE ALCANÇAR A CIDADANIA

Em uma definição bastante popular, o lixo é visto como tudo aquilo que não serve mais para ser utilizado. Definição complicada para uma sociedade que perpetua cada vez mais o consumismo desenfreado, e onde a busca pelo novo é a busca vital, Na parte final do livro *"A vida para o consumo"*, Zigmunt Bauman escreve:

> "A busca por prazeres individuais articulada pelas mercadorias oferecidas hoje em dia, uma busca guiada e a todo tempo redirecionada e reorientada por campanhas publicitárias sucessivas, fornece o único substituto aceitável – na verdade, bastante necessitado e bem-vindo – para a edificante solidariedade dos colegas de trabalho e para o ardente calor humano de cuidar e ser cuidado pelos mais próximos e queridos, tanto no lar como na vizinhança[3]"

Assim, vários produtos são considerados lixo: restos de alimentos, cascas de frutas e verduras, papel usado, sujeira da varrição da casa, roupas velhas, papel higiênico usado, papelão, fezes humanas e de animais, mato, podas de árvores, latas e vidros usados, pilhas de rádio descarregadas, pneus de borracha estragados, plásticos usados, eletrodomésticos velhos, panelas de alumínio velhas, ferro velho, restos de construções.

Em uma análise doutrinária acerca do tema, vemos que o grande caracterizador do lixo é a sua origem, assim existem cinco classes:

I) Lixo doméstico ou residencial: resíduos gerados nas atividades diárias em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações residenciais;

II) Lixo comercial: resíduos gerados em estabelecimentos comerciais, cujas características dependem da atividade ali desenvolvida;

III) Lixo público: resíduos presentes nos logradouros públicos, em geral resultantes do ambiente tais como folhas, galhadas e poeira, além de entulhos descartados irregularmente pela população e restos de embalagens;

IV) Lixo domiciliar especial: compreende os entulhos de obras de construção civil, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e pneus;

---

[3] BAUMAN, 2008: 154.

V) Lixo de fontes especiais: lixo industrial, lixo radioativo, lixo de portos aeroportos e terminais rodoferroviários e lixo agrícola. As características dessa última classe merecem cuidados especiais em seu manuseio, acondicionamento, estocagem, transporte e disposição final[4].

3 METODOLOGIA

Encontramos definição semelhante na NBR 10.004[5], segundo a qual os resíduos sólidos podem ser diferenciados em três categorias, segundo a sua natureza:

> a) Resíduos de Classe I – Perigosos: O resíduo é classificado como Classe I se apresentar risco à saúde pública e risco ao meio ambiente. Nesta classificação encontram-se os resíduos gerados nos serviços de saúde. Possuem característica de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.
> b) Resíduos Classe II – Não Perigosos (II A – não inertes e II B – inertes)
> b.1) Resíduos classe II
> A – Não inertes: resíduos sólidos ou misturas de resíduos sólidos que não se enquadram na classe I – perigosos ou na classe II
> B – inertes, podendo ter propriedades como combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água.
> b.2) Resíduos classe II B – Inertes: resíduos sólidos ou misturas de resíduos sólidos que, quando amostrados e submetidos a um contato dinâmico e estático com a água destilada ou deionizada à temperatura ambiente, não apresentem nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, excetuando-se aspectos cor, turbidez, dureza e sabor.

Assim, a conclusão ensejada das classificações expostas, é de que torna-se inegável a preocupação ambiental mundial que os resíduos sólidos urbanos (RSU) constituem, principalmente nos grandes centros urbanos, e principalmente nos países subdesenvolvidos.

É evidente a crescente preocupação mundial em relação ao lixo, e essa preocupação encontra fundamento legal no capítulo 21 do documento final produzido na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92. É nesse documento que se

[4] Dados obtidos junto ao site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, disponível em http://www.ibam.org.br/estudos?temas=35&busca=Palavra-chave&page=2.
[5] ABNT, 2004.

encontra o dever de comprometimento da humanidade para as futuras gerações o Desenvolvimento Sustentável, que deverá conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental (UN, 1999).

As bases da Agenda 21 brasileira seguem as recomendações da CNUMAD e indicam como estratégias para o gerenciamento adequado de RSU: a minimização da produção de resíduos; a maximização de práticas de reutilização e reciclagem ambientalmente corretas; a promoção de sistemas de tratamento e disposição de resíduos compatíveis com a preservação ambiental; a extensão de cobertura dos serviços de coleta e destino final (MMA, 1999).

Com o passar dos anos, surge na comunidade um aumento da consciência ecológica, fazendo surgir diversas alternativas para se aproveitar os produtos contidos no lixo urbano. Com relação aos lixos urbanos, surge a coleta solidária em algumas cidades e bairros, nos quais podem ser aproveitados vidros, plásticos, metais e papéis[6].

A geração e a destinação do RSU no Brasil tem sido um grande problema, atingindo principalmente os municípios, que tem buscado formas alternativas para destinar todo esse "lixo". Para Valle (1995), estas soluções são escolhidas a partir de abordagens distintas, observando-se os seguintes ângulos:

> "Minimizar: abordagem preventiva, orientada para reduzir volume e o impacto causado pelos resíduos. Em casos excepcionais, pode-se eliminar completamente a geração do resíduo;
> Valorizar: abordagem orientada para extrair valores materiais ou energéticos que contribuem para reduzir os custos de destinação dos resíduos e, em alguns casos raros, geram receitas superiores a esses custos;
> Reaproveitar: abordagem corretiva, orientada para trazer de volta ao ciclo produtivo matérias-primas, substâncias e produtos extraídos de resíduos, que, por sua vez, pode ter três enfoques distintos:
> a) reciclagem; b) recuperação; c) reutilização ou re-uso;
> Dispor: abordagem passiva, orientada para conter os efeitos dos resíduos, mantendo-os sob controle, em locais que devem ser monitorados."

No que tange a valorização dos recicláveis, de acordo com Nunesmaia (1997), deve-se dar importância à coleta seletiva, pois se o lixo for segregado em sua fonte de origem, a qualidade da matéria-prima secundária será mais alta.

[6] RIBEIRO & BESEN, 2007.

Segundo o autor, são várias as preocupações que motivam um programa de coleta seletiva de lixo, entre elas:

> - Ambiental/geográfico, onde estão em questão a falta de espaço para disposição do lixo, a preservação da paisagem, a economia de recursos naturais e a diminuição do impacto ambiental de lixões e aterros;
> - Sanitário, onde a disposição inadequada do lixo, às vezes aliada à falta de qualquer sistema de coleta municipal, traz inconveniente estético e de saúde pública;
> - Social, quando o trabalho enfoca a geração de empregos e o resgate da dignidade, estimulando a participação de catadores de rua e de lixões;
> - Econômico, com o intuito de reduzir os gastos com a limpeza urbana e investimentos em novos aterros;
> - Educativo, que vê um programa de coleta seletiva como forma de contribuir para mudar valores e atitudes individuais para com o ambiente, incluindo a revisão de hábitos de consumo, ou para mobilizar a comunidade e fortalecer o espírito de cidadania.

Segundo Calderoni (1997), o adequado gerenciamento dos resíduos constitui uma alternativa que contribui para alcançar o desenvolvimento sustentável, uma vez que permite economizar recursos naturais (matéria-prima, energia, água) e saneamento ambiental (reduz poluição do ar, água, solo e subsolo).

Assim, como forma de busca pela sustentabilidade urbana, a coleta seletiva vem também incorporando gradativamente um perfil de inclusão social que é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais e também a geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho (SINGER, 2002).

Os programas municipais de coleta seletiva, no Brasil, integram o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares.

Esses programas podem ser operacionalizados unicamente pelas prefeituras (ou empresas contratadas para essa finalidade) ou por prefeituras em parcerias com catadores organizados em cooperativas, associações, ONGs e, recentemente, em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Num contexto mais amplo de aplicação temos a coleta solidária, a implantação desses programas de gerenciamento de RSU tem mostrado que ao chamar a comunidade para participar com idéias e sugestões, e tornando o governo

presente sem estar à frente das decisões, os governos municipais tem contribuído positivamente para a sua imagem e da cidade.

Apesar do discurso político ainda estar presente, o programa "Coleta Solidária" tem exigido um exercício de cidadania no qual os cidadãos estão assumindo um papel ativo em relação à gestão do mesmo, e com certeza será isso que vai garantir a perpetualidade do programa. Mostra uma cooperação simples que pode ser reforçada pelo poder público municipal com medidas institucionais como por exemplo a cobrança referente a coleta do lixo, que significa que o lixo terá destino ecologicamente correto.

No Brasil, as administrações municipais, enfrentam dificuldades econômicas, técnicas e administrativas para realizar uma gestão adequada e eficiente dos resíduos sólidos urbanos. Dissemina-se no país, desde a década de 1990, o modelo de coleta seletiva desenvolvida por meio de parcerias entre as prefeituras e catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas. Este modelo foi concebido e consolidado a partir de diferentes iniciativas municipais pautadas na inclusão social. Estas iniciativas construíram um caminho inovador de parceria entre o poder público e entidades da sociedade civil articulando três variáveis essenciais para uma política pública; a ambiental, a social e a econômica[7].

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das iniciativas de programas municipais de coleta seletiva, desde que com o apoio de entidades da sociedade civil os catadores conseguiram se valorizar, organizar e evoluir de uma situação de marginalidade, exclusão social e trabalho informal e explorado para uma condição de movimento social.

Reivindicam justiça social e ambiental. A organização dos catadores em associações e cooperativas no âmbito da economia solidária é um movimento social de resistência que pretende formalizar a coleta seletiva a partir de seus principais atores.

[7] JACOBI P.R. (Org). Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos no Brasil- inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

Coloca-se, portanto, o desafio de refletir sobre as possibilidades de desenvolver práticas sustentáveis de economia solidária em mercados capitalistas e da capacidade do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) é um movimento social que vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscando a valorização da categoria que é um trabalhador e tem sua importância que buscam desenvolver ações na busca de uma sociedade mais justa e melhor para todos, buscando a organização da sua categoria na solidariedade de classe, que reúne forças para lutar contra a exploração, buscando meios para a liberdade que é diferente da competição e do individualismo, busca o apoio mútuo entre os companheiros(as) catadores(as) e outros trabalhadores se consolidar enquanto movimento social.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BESEN, GR. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo.** 2006. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CALDERONI, S. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. São Paulo: Humanitas

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM – CEMPRE. 2007.

DEMAJOROVIC, J. 1995. **Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos. As novas prioridades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p. 88-93.

DREW, D. 1998. **Processos Interativos homem-ambiente**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JACOBI P.R. (Org). **Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos no Brasil-inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.

VALLE, C. E**. Qualidade Ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente: como se preparar para a norma ISO 14000**; Ed. Pioneira, 1995

SINGER, P. 2002**. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In Santos, B.S. (ORG.) Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira. p 81-126.